

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCÉLLIA THAMYRES MONTEIRO DA SILVA

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA E O FIM DA
SUBSERVIÊNCIA BRASILEIRA

Recife

2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lucélia Thamyres Monteiro da Silva

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA E O FIM DA
SUBSERVIÊNCIA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Calvacanti Soares.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S586p Silva, Lucélia Thamyres Monteiro da.
A política externa do governo Lula e o fim da subserviência
brasileira / Lucélia Thamyres Monteiro da Silva. – Recife, 2019.
55 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Complexo de vira-latas. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Governo
Lula. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.1-379)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCÉLLIA THAMYRES MONTEIRO DA SILVA

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA E O FIM DA
SUBSERVIÊNCIA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Calvacanti Soares.

Aprovada em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

(Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis)

(Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva)

(Orientador Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares)

Recife

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe e avó, Taciana Monteiro da Silva e Rosália Monteiro da Silva, por serem os melhores exemplos que tive na vida e por fazerem o impossível para que eu pudesse ser a primeira pessoa da família a cursar e concluir uma graduação.

Agradeço a oportunidade de ser discente desta instituição através do Programa Universidade Para Todos, porque de outra maneira não seria possível.

Aos amigos do curso de Relações Internacionais, Caio Barbosa, Drielle Holanda, Ivo Neto, Marianna Fernandes, Rafael Paranhos, Wesley Felipe e William César, obrigada por deixarem a caminhada mais leve e alegre. Vocês, sem sombra de dúvidas, me fizeram acreditar que eu conseguiria.

Um agradecimento especial a Allyson Castro, pelas horas de descontração, por estar presente nos momentos que pensei em desistir e me trazer esperança.

A Oliver e Dilan, todo o amor do mundo, pois sem a presença de vocês durante os meses de construção deste trabalho eu não teria conseguido.

Por fim, a todos que estiveram comigo durante esta jornada, meu muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a redução do “complexo de vira-latas” brasileiro através da cooperação Sul-Sul praticada durante o governo do ex-presidente Lula (2013-2010). O objetivo central foi identificar como o sentimento de inferioridade brasileiro foi erradicado através da política exterior autonomista praticada durante o período mencionado. Para tanto, a base teórica de compreensão foi abordada. O termo “complexo de vira-latas” foi contextualizado, juntamente com a cooperação Sul-Sul. E por fim, com a análise dos planos de governo do ex-presidente, a prática de cooperação realizada foi apresentada através do exemplo bem-sucedido da Cúpula da América do Sul - Países Árabes. De forma que, a pesquisa mostrou que nos anos anteriores ao governo de Lula, a nação se compreendia de forma subalterna e demonstrava tal comportamento na sua política exterior. Contudo, durante o período de análise, o país compreendeu sua identidade e, assim, suas reais necessidades. Portanto, passou a praticar uma política mais centrada em seus objetivos, encontrado na cooperação com países subdesenvolvidos a oportunidade de provar suas insuspeitas capacidades.

Palavras-chave: Complexo de vira-latas. Cooperação Sul-Sul. Governo Lula.

ABSTRACT

The present work deals with the reduction of the Brazilian “mongrel complex” through South-South cooperation practiced during the government of the ex-president Lula (2013-2010). The central objective was to identify how the feeling of Brazilian inferiority was eradicated through the autonomist foreign policy practiced during the mentioned period. For that, the theoretical basis of understanding was addressed. The term "mongrel complex" has been contextualized along with South-South cooperation. Finally, through the analysis of the former president's plans of government, the practice of cooperation was presented through the successful example of the South American Summit - Arab Countries. Thus, the research showed that in the years before Lula's government, the nation understood itself subalternly and demonstrated such behavior in its foreign policy. However, during the period of analysis, the country understood its identity and thus its real needs. Therefore, he began to practice a policy more focused on his objectives, found in the cooperation with underdeveloped countries the opportunity to prove his unsuspected abilities.

Key Words: Mutton Complex. South-South Cooperation. Lula's Government.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
2.1 A teoria construtivista.....	11
2.2 Correntes do construtivismo	13
2.3 O conceito de identidade nas relações internacionais	17
3 A SUBSERVIÊNCIA DO BRASIL ATRAVÉS DO SEU COMPLEXO DE INFERIORIDADE	23
3.1 O complexo de vira-latas brasileiro	23
3.2 O sentimento de inferioridade do brasileiro na política exterior.....	26
3.3 A Cooperação Sul-Sul e o rompimento com os princípios de Relações Norte-Sul.....	30
4 A POLÍTICA EXTERNA MULTIDISCIPLINAR DO GOVERNO LULA.....	35
4.1 Plano de política externa do governo Lula	35
4.2 A cúpula de ASPA.....	40
4.3 Os benefícios da Cúpula ASPA para o Brasil.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem o complexo de vira-latas enraizado em sua cultura há anos. Mesmo antes de autores buscarem uma definição da identidade nacional, a população já passava de geração para geração o sentimento de inferioridade frente ao estrangeiro. Autores que buscaram escrever sobre a identidade brasileira sempre mencionaram o país como um vira-lata, no conceito pejorativo da palavra. Para eles, o povo pertencente a esta nação era preguiçoso, desobediente, incapaz de se civilizar e de algum dia se quer chegar próximo do desenvolvimento de sociedades como a Europeia. Acreditava-se que o problema do atraso brasileiro seria sua miscigenação. Este sentimento foi externado, principalmente, em políticas governamentais de subserviência aos países do Norte.

Contudo, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a definição brasileira de si próprio mudou. O Brasil passou por uma reorientação de sua política externa com uma redefinição da sua estratégia de inserção internacional, tendo uma participação mais incisiva no cenário internacional, além da busca por novos parceiros. Caracterizando, desta forma, o vira-latismo brasileiro como uma qualidade, visto que, as políticas aplicadas durante esta época valorizavam este aspecto brasileiro como um dos seus principais elementos de poder. Ou seja, a miscigenação, dentre outros elementos antes não valorizados, agora passaram a ser compreendidas pela nação e tomado seu devido valor.

A ideia de um país fraco e sem excedentes de poder, que procurava ser reconhecido internacionalmente por meio do respeito ao direito internacional, as determinações da ONU e do alinhamento com os EUA, presente durante a maior parte dos oito anos de governo de FHC, foi abandonada. O país reformulou a própria percepção e passou a ver a si mesmo como uma potência média e nação emergente, com capacidade de defender seus interesses no cenário internacional, de demandar normas mais justas e equitativas e de aumentar ainda mais o seu poder. Essa ideia de um sistema internacional mais justo era o objetivo central da política externa, como também uma maior presença e atuação dos países em desenvolvimento (PECEQUILO, 2008).

A cooperação Sul-sul encontra-se como fator importante no governo de Lula, e dentro dessa questão houve uma inovação que foi a realização da cúpula entre a América do Sul e os Países Árabes (ASPA). Nas palavras do chanceler Celso Amorim, a aproximação entre as regiões seria uma tentativa de mexer nas “placas tectônicas da geopolítica mundial”, uma alusão ao desejo de mudança na realidade das relações internacionais da época. A cúpula envolveu regiões em desenvolvimento, sem a intermediação ou a participação de qualquer “superpotência” e fora do âmbito das nações unidas, o objetivo central era promover um intercâmbio crescente entre as regiões, ocasionando benefícios mútuos.

Apesar da cooperação Sul-Sul brasileira ser objeto de muitos estudos atualmente, as cúpulas realizadas durante o governo de Lula não foram alvo de grandes análises, tendo o BRICS, o fórum IBAS e o G20 uma maior concentração de pesquisas. Além de que, teve início junto com o mandato do ex-presidente. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar, através desta estratégia de cooperação internacional do governo Lula, como o país foi eficaz na busca por autonomia, reconhecimento internacional e, principalmente, reduzir o sentimento de inferioridade frente aos países centrais durante os anos de 2003 a 2010. Além disso, serão apresentados os principais conceitos utilizados para a presente análise. E é de extrema importância, conceituar o complexo de inferioridade do brasileiro, discorrendo sobre o seu surgimento, para caracterizar como as políticas do governo Lula foram traçadas de modo que romperam com este problema brasileiro. Por fim, serão apresentados os resultados das duas reuniões da cúpula ASPA, com base em seus documentos e análise do crescimento de comércio, justificando como a aproximação das regiões foi um benefício comum, e principalmente para o Brasil.

Desta forma, levando em consideração o comportamento da política exterior brasileira antes do período de 2003 a 2010 é tomado neste trabalho como elemento importante o “complexo de vira-latas” brasileiro, que a partir da cooperação Sul-Sul praticada durante governo Lula teve foi reduzido. Portanto, o primeiro capítulo abordará os conceitos que identificam a importância da identidade nacional para as relações internacionais. No segundo capítulo, será contemplado o complexo de vira-latas como um mal da sociedade brasileira que é reproduzido no cenário internacional e ainda, apresentada a cooperação sul-sul e como esta contribuiu para o rompimento com as relações de subserviência brasileira. No último capítulo, uma seção será

dedicada aos planos de política externa de Lula que contribuíram para o desgaste desse problema e serão apresentados os resultados da Cúpula de ASPA, como exemplo bem-sucedido dos objetivos do governo.

2 A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1 A teoria construtivista

O complexo de vira-latas é uma característica da identidade nacional brasileira que por muito tempo tem influenciado a política externa do país. Como dito por Nelson Rodrigues, criador do termo: Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo". Para entender como isto é possível, faz-se necessário estudarmos a teoria construtivista¹ e seus principais conceitos, porque, segundo Adler (1999, p. 204; 206):

Não se pode jamais fornecer uma explicação racional para uma situação social" e "a importância e o valor do construtivismo para o estudo das relações internacionais repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade.

A premissa básica do construtivismo é que o mundo é uma construção social. Ou seja, não existe nada pré-determinado, o mundo é construído a partir da ação dos agentes. A partir dessa afirmação podemos falar sobre uma discussão presente nesta teoria: a questão de agentes/estrutura. Sendo este conceito tanto nas relações internacionais quanto em outras ciências sociais referido a quem constrange e limita as opções do outro. Busca-se um esclarecimento se a estrutura precede o agente ou o agente a estrutura. No construtivismo este questionamento é dispensado, pois, acredita-se que ambos são co-construídos, nenhum precede ou é capaz de influenciar o outro, sendo esta mais uma premissa importante da teoria. Portanto, levamos este conceito como um dos mais relevantes para o que pretende ser discutido no presente trabalho. De acordo com o que será exposto nos seguintes capítulos, a nação brasileira, por conta deste sentimento de inferioridade, clama por determinados posicionamentos do governo para solução de tal problema. Logo, o agente, entendido neste momento como a sociedade brasileira, reclama à estrutura, neste caso o

¹ O construtivismo está inserido no terceiro debate das teorias das relações internacionais e foi caracterizado por alguns como a via média. Desta forma, busca construir uma ponte entre os Positivistas, Neorealismo e Neoliberalismo, que tentam explicar o que são as relações internacionais e os Pós-positivistas, Teoria crítica e Pós-modernismo, que falam sobre como podemos entender as Relações Internacionais. O desenvolvimento dessa teoria ocorreu em um momento de debate nas Ciências Sociais como um todo sobre o lugar das ideias e dos valores na análise de eventos sociais. Surgiu pela primeira vez no ano de 1989 com o livro de Nicholas Onuf "World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations". Depois, em 1992, na revista *Internacional Organization* Alexander Wendt publicou o artigo "Anarchy is What States Make of It".

governo, por um posicionamento frente a este complexo. Por muitas vezes as políticas adotadas pela estrutura influenciaram também os agentes. Por exemplo, o governo passou a se aproximar de países centrais em busca de relações dependentes por considerarem o Brasil incapaz de se desenvolver sem a ajuda de tais países, assim, o complexo de vira-latas se tornou ainda mais forte, influenciando os brasileiros a se sentirem ainda mais inferiorizados.

Outro objetivo comum a todos os construtivistas é identificar o papel das ideias no contexto social, observando como elas influenciam na sociedade e de que forma isto ocorre. Como resposta, a teoria construtivista afirma que as questões materiais na maioria das vezes são funções de ideias. O que interessa de fato é entender como estas ideias influenciam a forma como as identidades são constituídas ou reproduzidas e como os atores definem seus interesses a partir disto. Para Wendt, tanto uma teoria materialista quanto idealista reconhece o papel das ideias, mas elas não concordam quanto ao seu efeito na vida social. Os materialistas tendem a privilegiar relações causais, nestas podemos identificar que X causa Y, sendo que X é anterior e independente de Y. Já para os idealistas a importância seria dada às relações constitutivas. Neste caso X é o que é por causa de Y, e não existe uma separação temporal de X e Y". O complexo de vira-latas pode ser identificado para os construtivistas como uma ideia, que se torna o meio e o propulsor de ação social e define os limites do que é possível ou não para os indivíduos (NOGUEIRA; MESARI, 2005).

Levando em consideração que dentre todos os autores construtivistas havia algumas diferenças de pensamento, e de acordo com afirmações de Jorgensen (2001), a teoria poderia ser dividida em duas posições distintas: o realismo construtivo e o idealismo construtivo. Para o realismo construtivo o conhecimento em relação ao mundo é socialmente construído, contudo, o mundo existe independentemente desse conhecimento. Para o idealismo construtivo, o mundo é socialmente construído e também depende deste nosso conhecimento. Com isso, é possível definir que para apenas alguns construtivistas existem outras premissas em comum, duas podendo serem citadas como principais. A primeira é que para esses autores existe um conjunto de normas e regras que organizam as relações internacionais, sendo assim nega-se a anarquia como uma estrutura que define essas relações. A segunda premissa decorre desta, a anarquia internacional é socialmente construída. Pensando

da seguinte forma: Não existe a possibilidade de um Estado perceber outro como inimigo sem antes ter tido algum tipo de interação. Voltando sempre a palavra mais recorrente nesta teoria, não existe uma predeterminação de que as relações internacionais sejam um espaço de conflito constante. Os países podem se identificar através de interesses em comum e colaborar ou não. No contexto do Brasil e sua política externa, em função do complexo de vira-latas, identificamos a interação com os outros atores internacionais fundamental para a tomada de decisões e mudanças importantes na sua identidade e por conseguinte nos seus interesses. O país tinha como parte do seu conhecimento coletivo que os países do sul não eram necessariamente inimigos, mas sim, países incapazes como o próprio Brasil de gerar algum tipo de bônus a partir de relações internacionais praticadas com eles.

2.2 Correntes do construtivismo

Emanuel Adler (1999), ao analisar o construtivismo em relação a outras abordagens teóricas das Relações Internacionais, defende que ele pode fazer mais que outras abordagens científicas na explicação das Relações Internacionais, porque, além de se fiar em meios lógico-dedutivos de conhecimento e verificação, ele também evoca uma variedade de métodos interpretativos. E isto poderia ser considerada uma das virtudes da teoria. No entanto, o autor considera que essa questão reflete discordâncias sobre a extensão na qual as estruturas e os agentes são mais importantes e sobre que o discurso deve ser precedente a fatos materiais.

Sendo assim, para esclarecer as diferenças internas ao campo construtivista, Adler defende que podemos pensar o construtivismo como dividido em quatro diferentes grupos, demarcados principalmente por divergências metodológicas, como descrito por Strang (1996, p. 36-7): O primeiro grupo seria dos “modernistas”, que acreditam que, uma vez evitado o extremismo ontológico, não há razão para se excluir o uso de métodos padronizados ao lado de interpretativos, e dentro deste se encontrariam, o próprio autor Emanuel Adler e Alexander Wendt. Um segundo grupo de construtivistas, representados proeminentemente por Onuf e Kratochwil, utilizam *insights* da lei e da jurisprudência internacional para mostrar o impacto das relações internacionais nos modos de raciocínio e persuasão e no comportamento guiado por regras. O terceiro grupo enfatiza o conhecimento narrativo. É dada uma atenção particular às narrativas baseadas em gênero (Tickner, 1992), ações de agentes tais

como movimentos sociais e o desenvolvimento dos interesses de segurança (Ruggie, 1995 e Weaver, 1995). Por fim, alguns estudiosos do quarto grupo utilizam o método genealógico de Foucault (Price, 1995); outros se engajaram na “desconstrução da soberania” (Biersteker e Weber, 1996), por meio de uma história detalhada da deslegitimação de políticas não ocidentais por Estados ocidentais. Nesse sentido, a desconstrução era apenas um preâmbulo para a “reconstrução da soberania”, “em face das oportunidades ambíguas para o colonialismo imperial”.

John Gerard Ruggie, em "*What Makes the World Hang Together? Neoliberalism and the Social Constructivist Challenge*" (1998), ao analisar alguns aspectos do construtivismo, divide esta abordagem em três variantes: o construtivismo neo-clássico (sendo citado como exemplo Katzenstein), o pós-moderno (Ashley) e naturalista (Wendt). Comparando sua análise com a de Emanuel Adler, considera a dele como metodológica e a sua mais filosófica. Ele dedica sua atenção às diferenças que podem ser percebidas antes da análise metodológica.

Na primeira vertente, o construtivismo neoclássico, indica suas raízes na tradição clássica. Os meios analíticos pelos quais esta versão é baseada tipicamente inclui uma afinidade epistemológica com o pragmatismo; um conjunto de ferramentas analíticas são necessárias para que os significados subjetivos façam sentido, seja teoria do ato da fala, a teoria da ação comunicativa, suas generalizações no trabalho de Searle, ou epistemologia evolutiva, e um compromisso para com a ideia de ciência social. Ruggie se inclui nesta categoria e classifica como neoclássico também os trabalhos de Ernst e Peter Haas, Kratochwil, Onuf, Emanuel Adler, Finnemore, Katzenstein, assim como alguns acadêmicos da abordagem feminista, como Jean Elshtain. A segunda variante poderia ser conceituada como construtivismo pós-moderno. Aqui, as raízes intelectuais retornariam à Nietzsche, e para qualquer atualização retomariam os apontamentos de Foucault e Derrida, marcando uma decisiva ruptura epistêmica com os preceitos e práticas do modernismo. Richard Ashley, foi quem primeiro chamou atenção para esta versão do construtivismo. E a terceira, a naturalista, estaria localizada no continuum entre os dois tipos anteriores, combinando aspectos de ambos: como as variantes neo-clássicas, também compartilha alguns aspectos com as teorias centrais, mas é fundamentada na doutrina filosófica do realismo científico, particularmente no trabalho de Roy Bhaskar. Os

trabalhos de Alexander Wendt e David Dessler exemplificam esta terceira vertente (RUGGIE, 1998).

Peter J. Katzenstein, Robert O. Keohane, e Stephen D. Krasner, no artigo realizado em conjunto, "*International Organization and the Study of World Politics*", de 1998, criaram também uma classificação para auxiliar o entendimento e a identificação de versões desta abordagem. Esses trabalhos sociológicos se dividem em três grandes grupos: convencional, crítico e pós-moderno. E os autores têm plena consciência de que existem diferenças consideráveis dentro de cada um desses três grupos. As fronteiras são porosas e os acadêmicos podem mudar de posições em diferentes publicações.

Os Construtivistas convencionais insistem que as perspectivas sociológicas oferecem uma orientação teórica geral e programas específicos de pesquisa podem complementar o racionalismo ou rivalizar com ele. Por outro lado, os construtivistas críticos, ao rejeitarem concepções racionalistas da natureza humana, concordam com construtivistas convencionais em matéria de ontologia. Como eles, estão interessados em como os atores e sistemas são constituídos e influenciam um na evolução do outro. Os racionalistas podem ver o construtivismo crítico como muito próximo aos construtivistas pós-modernos, mas de acordo com os autores, é uma impressão errada. O que distingue os construtivistas críticos dos pós-modernos não é o foco compartilhado no discurso, mas no reconhecimento pelos construtivistas críticos da possibilidade de uma ciência social e uma vontade de se envolver abertamente no debate acadêmico com o racionalismo (KATZENSTEIN *et al*, 1998).

Como visto até o momento, o construtivismo tem uma diversidade de versões e formas de interpretação. É importante entendermos mais profundamente um pouco delas, mas para não se tornar uma abordagem muito ampla, buscaremos detalhar apenas uma, que é a corrente aplicada a este trabalho: o construtivismo de Wendt. Alexander Wendt escreveu o seu primeiro artigo, ainda antes de defender o seu doutorado, do final da década de 1980 ao final da década de 1990. Discutiu o debate agente/estrutura, mas procurou questionar a posição de Waltz sobre isso quando afirmou que ambos eram co-construídos, ou seja, um não precede o outro. Mas, foi no seu artigo "*Anarchy is What States Makes of It*" de 1992, que ele se afirmou como construtivista, criticando as teorias tradicionais da disciplina e questionou o conceito

de anarquia apresentando uma visão alternativa das Relações internacionais. A principal contribuição do seu artigo foi que a anarquia não possui apenas a lógica de conflito, ela pode se reverter a cooperação dependendo do que o Estado quer fazer dela. E é nesse sentido que reconhece o papel mais preponderante do Estado, tendo sua linha de pensamento construtivista caracterizada por um construtivismo centrado no Estado. Em seu artigo, "*Collective Identity Information and The Internacional State*", de 1994 criticou as teorias dominantes por considerarem a identidade nacional predeterminada e afirmou a identidade nacional é uma construção social que se dá a partir de processos relacionais e sujeitas a mudanças. Ele acabou analisando que processos relacionais são capazes de mudar as identidades coletivas que por sua vez são capazes de mudar a lógica do funcionamento da anarquia.

A inclusão da vertente Wendtiana no artigo de Katzenstein, Keohane e Krasner na *IO* em 1998 confirmou-a como ponte entre os positivistas e pós-positivistas, considerando a teoria como uma via intermediária. Quando Wendt afirmou a centralidade do Estado nas relações internacionais, ou seja, dos agentes, se colocou mais uma vez entre positivistas e pós-positivistas. Segundo ele, vivemos em um mundo de Estados, mesmo que não signifique que apenas eles sejam os atores. Para ele, ao ignorar este fato a teoria estaria sendo construída por outro assunto que não as relações internacionais. Ele também afirmou que a identidade de um país precede os seus interesses e nenhum dos dois são predeterminados. Com isso, ele oferece instrumentos de análise para entender a formação das identidades coletivas, lidando com a carência de teorias dominantes quanto a necessidade de uma explicação da construção das identidades.

Por fim, Wendt deixa claro que as relações internacionais demonstram a importância dos agentes no mesmo nível das estruturas quando revelam a sua discussão sobre culturas de anarquia e sua internacionalização. Ele determina que existem três culturas de anarquia com três níveis diferentes de internacionalização. A primeira seria a hobbesiana é caracterizada pela cultura de inimizade onde os Estados estariam em constante competição e desconfiança. A cultura Lockean é de rivalidade, os Estados competiriam uns com os outros sobre recursos, posses e poder, sendo caracterizada pela centralidade da soberania. A cultura Kantiana é de amizade, os Estados teriam uma predisposição uns com os outros. E os níveis de internacionalização poderiam ser pela força, que os atores internos se conformariam

com a existência de uma cultura anárquica; por interesse onde haveria um preço a ser pago por aderir determinado tipo de cultura anárquica e através de mensuração de custos e benefícios se optaria por ela; e por legitimidade que demonstra convencimento de que a cultura anárquica não revela apenas questão de interesse mas também de normalidade. Nos três tipos de cultura anárquica é possível os três tipos de internacionalização, mesmo que alguns, racionalmente, não sejam possíveis.

Portanto, de acordo com a explanação apresentada sobre a corrente construtivista de Wendt é possível identificá-la para a utilização como referencial do presente estudo. A necessidade de informar a mudança na identidade brasileira através da interação com outros autores, e como consequências disto a mudança de seus interesses, resultando nos objetivos esperados deve ser explicada de acordo com o pensamento de Alexander Wendt. A importância em torno do que foi a identidade brasileira e a reformulação da mesma é discussão recorrente neste estudo. Além de que, a defesa pelo autor sobre o fato de agente/estrutura serem co-construídos também apresenta questão importante como apresentado anteriormente.

2.3 O conceito de identidade nas relações internacionais

Um dos conceitos que mais se destacam no construtivismo é o de identidade. Mas, nem todos autores o consideram útil ou importante. Onuf, por exemplo, um dos primeiros autores da teoria, não chega a citá-lo em suas discussões pois considera que seu poder de análise é limitado para lidar com as relações internacionais e eventos sociais em geral. Para ele as relações internacionais são eventos que obedecem às mesmas lógicas e regras que os outros eventos sociais. Sendo a sociedade que os Estados fazem parte melhor descrita como uma sociedade heterônoma, aquela que está sujeita a vontade de outrem, a regras e normas de conduta que uma sociedade anárquica. Mesmo assim é um conceito que não pode deixar de fazer parte da contribuição construtivista porque propõe um caminho de entender como o nacionalismo, a etnia, a raça, o gênero, a religião, a sexualidade, e outras comunidades entendidas intersubjetivamente, estão envolvidas para motivar as preferências e conseqüentes ações de um Estado (ONUF, 1989). Para HOPF (1998), "Constructivism assumes, a priori, that identities are potentially part of the constitutive practices of the state, and so, productive of its actions at home and

abroad”². Um Estado percebe os outros Estados de acordo com a identidade que atribui a eles, reproduzindo, simultaneamente, sua própria identidade através da prática social diária.

Para Mingst (2009), precisamos conhecer a identidade, uma vez que estas mudam como resultado de um comportamento cooperativo e aprendido. Assim, para o sistema ser anárquico ou não, tal avaliação depende da distribuição de identidades e não da distribuição de recurso militar. “Se um Estado se identificar somente com ele mesmo, então o sistema pode ser anárquico. Se um Estado se identificar com outros Estados, então não há anarquia”.

Por isso, os construtivistas buscam descobrir as identidades e as práticas sociais reprodutivas relacionadas a elas, e em seguida, oferecer uma avaliação de como essas identidades implicam certos interesses e ações. Compreende-se, então, que elas são necessárias, tanto na política internacional quanto na doméstica, para assegurar pelo menos um nível mínimo de previsibilidade e ordem. Cumprem, assim, três funções necessárias em uma sociedade: elas dizem a você e aos outros quem você é, e dizem a você quem os outros são (HOPF, 1998).

Alexander Wendt enumera quatro espécies de identidades que os Estados podem sustentar simultaneamente: A identidade pessoal ou corporativa, a identidade de tipo, a identidade de papel/função e a identidade coletiva. A primeira é caracterizada pela consciência e memória do “eu”. A segunda diz respeito às características compartilhadas de cunho social, por exemplo o idioma. A terceira vai depender do lugar ocupado na estrutura social, e provoca o cumprimento de determinadas normas de comportamento com relação aos “outros”. A última seria o conjunto das identidades citadas anteriormente (WENDT, 1999). A identidade coletiva induz os atores a identificarem o bem-estar do outro como parte do seu bem-estar, criando uma relação altruística. É um tipo de identidade social, sendo esta, um conjunto de significados que um ator atribui a si mesmo, levando também em consideração a perspectiva do outro.

Mesmo a identidade coletiva sendo caracterizada por um alto grau de identificação entre o Eu e o Outro, existem limites. Logo, é preciso atenção para

² “O construtivismo assume, a priori, que as identidades são potencialmente parte das práticas constitutivas do Estado e, portanto, produtos de suas ações no país e no exterior” (tradução própria).

identificar que as identidades coletivas dependem do tipo de relação que existem entre os agentes; saber que o alcance e as implicações comportamentais da identidade coletiva dependem do propósito para qual ela foi constituída; e mesmo que se refira a uma relação específica e a um determinado assunto, ainda pode existir tensões entre eles, porque é raro existir uma identificação total. Esta identificação com o outro vai depender de quem ele é, do que está em jogo nesta interação e do atendimento das próprias necessidades. Ainda assim, Wendt, advertiu que “os Estados sempre procurarão preservar sua individualidade, mas isto não exclui a possibilidade de tornar os termos dessa individualidade coletivos.”

Ao desenvolver uma identidade coletiva os Estados a transformam numa base de interesses em comum. Contudo, as identidades aplicam esses interesses sem serem caracterizadas por eles. Ou seja, a identidade nacional vai além dos seus interesses, ela que determina quais as necessidades que vão surgir. É importante analisar essa questão de interesses porque somente a identidade não capaz de exemplificar as ações dos atores. Esses interesses, segundo Wendt, podem ser objetivos e subjetivos. Os primeiros se referindo às necessidades que visam a reprodução de uma determinada identidade. E os segundos dizem respeito a crenças sobre como atender às necessidades da identidade, ou seja, a forma como ela deve ser reproduzida. O interesse nacional é objetivo:

Refere-se aos requisitos de reprodução ou de segurança dos Estados ou sociedade, quais sejam: a) sobrevivência física: a manutenção da vida do complexo social como um todo; b) autonomia: habilidade do grupo de exercer controle sobre seus recursos e forma de governo; c) bem-estar econômico: manutenção do modo de reprodução e dos recursos do grupo; e d) autoestima coletiva: a necessidade de um grupo de se sentir bem sobre si mesmo, por respeito ou status (WENDT, 1999, p. 234).

A estrutura do sistema internacional é formada por ideias ou conhecimento coletivo, o papel dessas ideias serve como chave para entender a relação entre a identidade e os interesses durante a atuação dos agentes. Essa interação entre atores é entendida no sentido amplo porque ela serve como tentativa de realização dos seus objetivos, mas também a sustentação e reprodução das concepções do Eu e do Outro que criaram estes desejos. Wendt caracteriza duas opções de interação: a comportamental e a retórica. A interação comportamental revelaria que atos repetitivos de cooperação podem levar a um incremento das relações entre os atores, gerando efeitos sobre identidades e interesses através de um processo de

aprendizado, onde os atores impõem e sustentam o “eu”. A retórica também gera efeitos contudo, isto é feito através da educação, ideologia, discussão, diálogo, dentre outros. Essa prática pressupõe que o mundo está constituído por significados compartilhados que podem ser manipulados (WENDT, 1999).

O processo de interação ajuda a compreender o processo de formação das identidades. Para Wendt através de duas variáveis é possível explicar porque os Estados se comprometem com políticas que estimulariam a formação das identidades coletivas. A primeira variável seria a de interdependência, e a capacidade desta para induzir à formação da identidade coletiva se limita ao “temor da exploração”. Quanto maior a interdependência entre os autores, maiores serão seu grau de vulnerabilidade (o custo pelo término dessa relação) e sensibilidade (quão afetado ele seria por isto), determinando motivo suficientes para se sentirem inseguros ao realizar uma cooperação. A outra variável seria a auto restrição, nesse processo os atores eliminariam o temor pelos outros atores e passariam a confiar que suas necessidades seriam respeitadas. Eles poderiam realizar este processo através da conformidade repetida com a instituição de segurança; externalizar a política doméstica; ou manifestar suas intenções através de políticas unilaterais, sem espera da reciprocidade (WENDT, 1999). Essas duas variáveis atuam conjuntamente em um processo de construção da confiança para criação da identidade coletiva.

Desta forma, para compreender as relações que o Brasil buscou ter com outros países do Sul a identidade se torna fator determinante, pois, a partir dela o país é capaz de enxergar os outros atores como realmente são e perceber seus interesses em comum. Além de que, através da definição da própria identidade brasileira o Estado reconheceu que seu vira-latismo se dava pela mestiçagem da raça e não por incapacidade e buscou a autonomia para sair da dependência que permeava as relações internacionais brasileiras. Sendo a identidade de tamanha importância, como avaliado pelos construtivistas, para a tomada de decisões no âmbito internacional, é compreensível a dificuldade para o Brasil neste meio. O país tinha sua inserção internacional caracterizada pela subordinação aos interesses externos e os recursos para o mercado interno acabavam sendo esquecidos. A matéria-prima era exportada por um preço muito baixo e o material necessário para o desenvolvimento interno era muito caro, esta conta não era exata. Esse processo se dava por medo da exploração e de como sofreriam se ocorresse diminuição, ou até mesmo o fim, das relações com

estes países. A nação se sentia vulnerável frente aos países centrais, isso porque não acreditavam na capacidade de melhorar sua relação com os outros países através da identificação de interesses em comum. O Brasil encontrava na região Sul países na mesma situação que ele, ao invés de identificá-los como possíveis atores para cooperação. É lógico que todos os países não detêm de todos recursos necessários para suprir suas necessidades e era nesse vácuo que entrariam as oportunidades.

Ao se relacionar com países em busca de uma cooperação o Brasil não expunha suas reais necessidades e interesses, pois tinha sua identidade maquiada pelo complexo de vira-latas, ou até mesmo incompreendida pelos próprios nacionais. Contudo, o Brasil começou a se conscientizar de suas capacidades e encontrar na sua identidade seus verdadeiros interesses. Desmistificando o complexo de vira-latas e apropriando-se de seus valores e símbolos para relacionar-se internacionalmente. Nos últimos anos a cultura brasileira passou a ser identificada como rica em diversidade e propagada pelo governo de tal forma, mas esta ideia teve início a pouco tempo e não teve forças para se perpetuar. Em uma tentativa de ocupar um lugar de destaque no âmbito das Relações Internacionais, o país passou a produzir e veicular um discurso baseado na diversidade cultural. Buscando conhecer os elementos que constituem a identidade cultural de seus possíveis parceiros, bem como veicular os elementos que constituem o patrimônio cultural brasileiro, em uma clara tentativa de abrir portas para o diálogo e para a compreensão das diferenças.

A explicação da mudança na identidade brasileira gerando a percepção de suas reais necessidades é dada por Stuart Hall. Ele afirma que a identidade do sujeito pós-moderno está sendo formada e transformada continuamente, sofrendo a influência das formas como é representada ou interpretada nos diferentes sistemas culturais de que toma parte. O sujeito pós-moderno se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela inconstância, e as identidades permanecem abertas. Esta visão tem características positivas, pois se, de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado, de outro, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos (HALL, 2006).

Como Wendt frisa, às relações internacionais se dão a partir da relação entre os atores e identificação de seus interesses em comum. Se não se relacionarem nunca saberão se haveria possibilidade de cooperação ou a negação qualquer laço seja político, econômico ou social. Por isso, a abertura do Brasil a uma tentativa de

cooperação com os países do Sul foi essencial. A utilização da cultura nesse processo facilitou aos países a cooperação, quebrando um pouco com a “tensão de exploração” citada por Wendt em seus trabalhos. Ou seja, a partir do momento que os países da Sul têm sua identidade baseada na ideia de que são povos mais acolhedores, cordiais, valorizam as suas músicas e tradições os seus interesses em comum são mais facilmente identificados como por exemplo, a busca pelo seu desenvolvimento como ponto importante das suas relações exteriores.

A identidade estatal na política mundial é parcialmente o produto das práticas sociais que constituem essa identidade na esfera doméstica. Portanto, a política da identidade construída domesticamente constrange e possibilita a identidade estatal, os interesses nacionais e as ações na política mundial. Ela motiva suas preferências e conseqüentes ações, refere-se a quem ou o que os atores são e o interesse refere-se ao que os atores querem, designando motivações que explicam o comportamento (KATZENSTEIN, 1996).

3 A SUBSERVIÊNCIA DO BRASIL ATRAVÉS DO SEU COMPLEXO DE INFERIORIDADE

3.1 O complexo de vira-latas brasileiro

A identidade nacional é uma criação moderna que começou a ser construída no século XVIII e se desenvolveu plenamente no século XIX. O processo de formação identitária consistiu, segundo Thiesse, na “determinação de patrimônio de cada nação e na difusão de seu culto”. Esta deve se apresentar pelo seguinte conjunto de elementos simbólicos e materiais:

Uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (THIESSE, 1999, p. 14).

Segundo Hall (2006), há três diferentes concepções de identidade que se relacionam às visões de sujeito ao longo da história. A primeira é denominada identidade do sujeito do Iluminismo, que expressa uma visão individualista de sujeito, caracterizado pela centração e unificação, em que prevalece a capacidade de razão e de consciência. Sendo assim, entende-se o sujeito como portador de uma identidade que surge no nascimento e prevalece ao longo de todo seu desenvolvimento, de forma contínua e idêntica. Já a segunda, a identidade do sujeito sociológico, considera a complexidade do mundo moderno e reconhece que a identidade do sujeito é constituída na relação com outras pessoas. Por último, a identidade do sujeito pós-moderno, identifica que não há uma identidade fixa, mas, sendo esta formada e transformada continuamente, sofrendo a influência das formas como é representada ou interpretada nos diferentes sistemas culturais de que toma parte. O sujeito pós-moderno se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela inconstância, e as identidades permanecem abertas. Apesar desta visão de sujeito soar como perturbadora, visto seu caráter de incerteza e imprevisibilidade resultante do deslocamento constante, para Stuart Hall, ela tem características positivas, pois se, de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado, de outro, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos.

A construção da identidade brasileira é um exemplo bem-sucedido fora da Europa. Neste processo foi necessário levar em conta a herança portuguesa, mas

principalmente, a necessidade de apresentar o brasileiro como alguém diferente do lusitano. E os autores românticos estiveram na linha de frente dessa construção, tendo a literatura um papel fundamental. Por exemplo, no livro “O Guarani” de José de Alencar é determinado a paisagem típica do país, a excentricidade de sua língua e principalmente o casal ancestral dos brasileiros. Passando a ser uma autodescrição da cultura. O mesmo livro concebe o mito de origem da nação brasileira identificando o país como a junção do velho e do novo mundo através dos personagens Peri e Cecília. O primeiro é índio que aceita os valores cristãos e a segunda uma portuguesa que acolhe os valores da natureza do novo mundo. Também relata a fundação da língua falada no Brasil, que não é o português de Portugal, mas sim, este mesmo idioma modificado pela natureza brasileira (FIORIN, 2009).

No início do século XX, há outro movimento de construção identitária com foco na mestiçagem brasileira considerada como o jeito de ser brasileiro. Neste momento autores passaram a falar dessa característica, como por exemplo, Gilberto Freyre em seu livro *Casa grande & Senzala* (1954). Há um culto à mulata, ao sincretismo religioso, aos sinais de tolerância e convívio harmônico entre essas culturas. A ideia de que a mistura rege nossa cultura e de que o brasileiro é simpático, acolhedor, tolerante naturaliza-se aos poucos. Mas, a verdade é que no interior da cultura as coisas não funcionam desta forma. Por exemplo, em um momento inicial de construção da identidade apenas eram considerados como parte de raças brasileiras os índios e os lusitanos, deixando totalmente de fora os negros. Sendo a mistura com estes últimos indesejada, pois eram os escravos. Pouco depois surge a ideologia do branqueamento, onde acreditavam que as políticas de imigrações europeias, além de seu significado econômico, se apresentariam como alternativa para acelerar o processo de caminho até o ideal nacional. Isto através da mistura do branco e do negro, onde na junção das raças são atribuídas ao elemento branco características e valores capazes de conduzir a nação à civilização, como a boa educação, comportamento de pessoas cultas e a civilidade (FIORIN, 2009).

Em teses acadêmicas de autores do fim do século XIX e início do século XX poderia ser observado o sentimento de inferioridade justificado pela mestiçagem brasileira. Para eles, o Brasil apresentava um resultado de pessoas imprestáveis, incapazes de continuar a se desenvolver por não terem o sangue de uma raça original. O brasileiro sentia-se racial, social e culturalmente inferior, idealizando o estrangeiro

de forma a atribuir-lhes todos os valores e atributos que se percebiam deficitários. O estrangeiro não era somente tudo aquilo que não éramos, como também nos julgavam pelo que somos, pelo que avaliavam quando nos viam e pelo que sentíamos próximo a eles.

O pensamento destes autores serviu, de certa forma, como semente para a criação de um termo, que representaria este sentimento de forma concisa em tempos mais recentes. Este termo foi criado por Nelson Rodrigues³, em um contexto específico, da viagem da seleção brasileira para a disputa da copa do mundo na Suécia em 1958. Contudo, a razão para o surgimento deste conceito foi a derrota do Brasil, no maracanã, pela seleção uruguaiana. Na crônica em que o autor traz esta expressão ele declara que o sentimento do brasileiro, em relação àquela copa, oscilava entre o pessimismo e a esperança, e que a causa desse comportamento estaria no complexo de vira-latas.

Para Rodrigues (1993, p. 51), “qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: - temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que poderia chamar de ‘complexo de vira-latas’”. E desta forma, explicou seu conceito: “por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”. Contudo, para o autor o fenômeno não se limitava apenas ao campo do futebol, também era sentido em outras áreas. O brasileiro, então, seria um narciso às avessas e esta característica tem ao longo dos anos assombrado os brasileiros.

Como aponta Nelson Rodrigues, o vira-latismo é externado pela sociedade brasileira em diversos aspectos. Assim, podemos observar em situações cotidianas a questões mais complexas, como o ato de ouvir músicas até a política do país, a forma como a inferioridade enraizada na sociedade. Os nacionais atribuem qualidades a tudo que é estrangeiro: suas músicas são melhores, suas cidades são mais organizadas, a população é mais educada, a política é melhor praticadas e os governantes mais justos com seus cidadãos, por exemplo. De certa forma, essas características podem ser verdadeiras, mas essas avaliações são feitas com base

³ Nelson Falcão Rodrigues nasceu em Recife em 23 de agosto de 1912, foi um teatrólogo, jornalista, romancista, folhetinista e cronista de costumes e de futebol brasileiro, e tido como o mais influente dramaturgo do Brasil.

neste sentimento inferior de que há algo de errado com a sociedade brasileira e que esta nunca será capaz de desenvolver habilidades para espelhar as características estrangeiras. A falta de credulidade na nação intensifica cada vez mais o problema e o torna, ao ver de todos, quase impossível de ser retratado. Restando apenas a aceitação, por parte de todos, sobre os fatos.

De acordo Stuart Hall (2006), e foi mencionado anteriormente, a identidade pós-moderna é caracterizada pela mudança, na qual, naturalmente, se adapta ao contexto presente. Analisando a sociedade brasileira, identifica-se este processo. A importância de entender o conceito e a identidade brasileira é apresentada no reconhecimento das suas mutações e como tais mudanças afetaram a política externa do país. Em momentos que a nação se enxergava como subalterna seu posicionamento internacional era distinto do posicionamento de quando o país passou a entender suas características positivas e explorá-las. A identidade é mutável e a partir dela o interesse nacional, afetando a tomada de decisões no âmbito nacional e internacional. O complexo de inferioridade do brasileiro é parte da identidade nacional, sentir-se de tal maneira é característico dos costumes da nação. Mas, como parte de uma identidade pós-moderna, este complexo sofreu mudanças com o decorrer dos anos, se intensificando e, posteriormente, sendo desencorajado. A nação passou por um reconhecimento do seu “eu” real, observando suas intenções e interesses, conseguindo identificar suas características positivas e levando tal desenvolvimento a alcançar os objetivos almejados que serão citados posteriormente.

3.2 O sentimento de inferioridade do brasileiro na política exterior

Havendo clareza sobre o que é o complexo de vira-latas e quão fortemente está enraizado na sociedade, podemos contemplá-lo em um campo específico, o de cooperação internacional para o desenvolvimento, buscando entender suas possíveis influências. Compreende-se, portanto, a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) como:

Um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional. Em se tratando de um sistema bastante institucionalizado e complexo na construção de discursos e visões de mundo, a CID envolve inúmeros atores, tanto do lado dos chamados países doadores (tradicionais ou emergentes), quanto no campo dos beneficiários (normalmente países de

renda baixa ou, em alguns raros casos, países de renda média). Cada ator apresenta identidade, preferências, interesses e objetivos próprios, podendo agir com base em motivações políticas, de segurança nacional, por razões humanitárias ou morais, mas também por motivos econômicos e ambientais (MILANI 2012, p. 211).

A função da cooperação internacional, neste sentido, é de promover o desenvolvimento. Ela somente será legítima e coerente com seu propósito original se buscar viabilizar a transferência ou compartilhamento de conhecimento, de boas práticas, de experiências bem-sucedidas, processos inovadores e de mecanismos de acesso a informações de conteúdo e de inovação tecnológica. Sendo estes propósitos reconhecidos e validados como eficazes, eles permitem proporcionar ao país beneficiário mudanças que sejam qualitativas, mensuráveis e sustentadas frente a um quadro anterior de insuficiência de conhecimento de um determinado público-alvo para materializar suas metas coletivas (CORRÊA, 2010).

Um das modalidades de cooperação é a Norte-Sul que tem como princípios a manutenção e reforço do status-quo, ou seja, da situação hegemônica e/ou de influência geopolítica e econômica do país central cooperante em determinada região; e a prevalência dos interesses, motivações e valores patrocinados pelos países centrais e/ou organismos internacionais (doadores) sobre as reais necessidades dos países periféricos (receptores). Fundamenta-se na iniciativa voluntária dos países centrais e/ou organismos internacionais, através da negociação e assinatura de um acordo bilateral que deveria ser aprovado pelos respectivos poderes legislativos e, posteriormente, ratificado e promulgado pelos correspondentes poderes executivos (CORRÊA, 2010). Vale salientar que, este modelo não apresenta, na maioria das vezes, benefícios para os países periféricos.

Tendo como exemplo dessa inserção internacional subordinada podemos citar a busca pelo realinhamento com os EUA na década de 90. O pensamento político brasileiro aplicado às relações internacionais do país desde 1990 não foi homogêneo, o Brasil imprimiu orientações confusas, até mesmo contraditórias, à política exterior. Segundo Cervo (2010), foram identificadas três linhas de força da ação externa: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico. A emergência do Estado normal – subserviente, destrutivo e regressivo – nas estratégias de relações internacionais do Brasil teve como impulso a ideia de mudança. Foi uma convicção profundamente arraigada na mentalidade de dirigentes brasileiros, capaz de provocar o revisionismo histórico e a condenação das estratégias internacionais do passado; a

adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder; a eliminação das ideias de projeto e de interesse nacionais; e a correção do movimento da diplomacia.

Depois do fim da Guerra Fria, a maioria dos países encontrava-se pressionada para ajustar a sua agenda de política externa a um novo cenário e as visões que embasavam estas avaliações eram relacionadas à criação de uma “Nova ordem mundial” sustentada na liderança dos Estados Unidos. Neste cenário de otimismo, a situação do terceiro mundo era oposta, caracterizava-se por aumento da vulnerabilidade devido ao aprofundamento das crises sociais e econômicas que emergiram nos anos 1980 e as transições do autoritarismo à democracia. Na América Latina este processo se tornou conhecido como década perdida, e até mesmo o Brasil que havia desenvolvido sua agenda autônoma não escaparia da hiperinflação, estagnação, instabilidade, entre outros problemas. Essas questões geraram questionamentos sobre qual caminho seguir para superar a crise, a solução optada foi retornar o eixo bilateral-hemisférico devido à supremacia dos EUA e aderir o país aos padrões sócio, políticos e econômicos do pós-Guerra Fria (PECEQUILO, 2008).

O Brasil também passou a ser percebido como uma nação periférica, de opções limitadas e que deveria se reinserir a partir de uma relação privilegiada com os EUA, o país não escapou do processo de “normalização”. E para superar esta década perdida, buscou este alinhamento vertical. O governo que iniciou este processo foi o de Fernando Collor de Mello que teve como prioridades a implementação do Consenso de Washington e a assinatura de diversos regimes internacionais. A base destas escolhas foi o realinhamento do país com os EUA e os demais países desenvolvidos por meio de incremento da credibilidade pela adesão a estes valores do pós-guerra fria. Em contrapartida, os países em desenvolvimento, incluso nessa nomenclatura o Brasil, receberiam reconhecimento político, concessões comerciais, e ajuda financeira e tecnológica (PECEQUILO, 2008). Como afirma Cervo (2010): “A subserviência do Estado normal, erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária. Completou-se com o desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória”.

Em 1995, Itamar Franco foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso que durante os seus dois mandatos obteve êxito em alguns propósitos internos, mas

corrompeu a funcionalidade da política exterior. Em seu governo confundiu abertura com estratégia e sacrificou a política exterior, que deixou de servir ao desenvolvimento e à superação de dependências estruturais. Desta forma, não formulou uma estratégia de inserção internacional, para além da simples abertura (CERVO, 2010).

Segundo Corrêa, existe muito pouco espaço para os países periféricos “encaixarem” de forma satisfatória os seus próprios interesses e valores com relações com países do Norte. Além de que, é comum os países centrais e/ou os organismos internacionais estabelecerem condicionalidades, raramente negociadas, que constituem pré-requisitos para os países periféricos acessarem a cooperação internacional, visando à “sustentabilidade” dos programas e projetos de cooperação. Ou na maioria dos casos, para impor mudanças de ordem econômica, política, social e/ou legal a partir da internalização de conceitos, políticas ou paradigmas definidos pelos cooperantes externos. E foi exatamente o que foi feito pelos Estados Unidos ao impor ao Brasil o Consenso de Washington, representando uma condicionalidade para a ajuda que seria concedida a interesses próprios, sem considerar as reais necessidades do país.

Avaliando, portanto, as formas de inserção internacional praticadas pelo governo nacional, entenderíamos a cooperação Norte-Sul como um modelo pelo qual o país se torna dependente do país central e desta forma, subordinado a ele. As corriqueiras práticas de cooperação brasileira através desta modalidade nos remetem a falta de confiança nas capacidades de desenvolvimento, falta de segurança na autonomia brasileira e obviamente a visão do país central como a única fonte de alcance dos seus objetivos. Nota-se com isso o complexo de vira-latas sendo expressado via políticas externas de subserviência brasileira. O país enxerga nos EUA as qualidades que não são “capazes” de desenvolver e a impossibilidade de apresentar qualquer desenvolvimento sem contar com tal apoio. A dependência brasileira ao estrangeiro mascara os interesses internos e impossibilita o real desenvolvimento, pois, qualquer relação internacional será à base dos interesses do país envolvido e não dos interesses nacionais. Pela falta de diversificação nestas relações internacionais o país se torna estreitamente vulnerável e sensível aos impactos na quebra desses laços. Quando o Brasil se identifica a sua identidade como vira-lata interpreta esse tipo de cooperação como a melhor opção por conta da sua incapacidade, compreendendo o termo “vira-lata” como pejorativo. Contudo, há mais

qualidades no vira-latismo que o país foi capaz de entender, e que nos últimos anos os governantes também esqueceram.

3.3 A Cooperação Sul-Sul e o rompimento com os princípios de Relações Norte-Sul

Tendo em vista os comportamentos da política externa brasileira citados anteriormente, poderíamos avaliar a cooperação Sul-Sul como uma modalidade de cooperação que responderia às necessidades brasileiras de desenvolvimento associados a autonomia que a nação precisa para se reconhecer e desenvolver suas capacidades. No âmbito da cooperação Sul-Sul os interesses brasileiros seriam muito melhor representados. O país estaria negociando com países com nível de recursos e motivações parecidos, com respeito à soberania e heterogeneidade dos países periféricos envolvidos. Havendo real transformação da realidade a partir das verdadeiras necessidades sem vincular outros interesses que não a promoção do desenvolvimento, sem condicionalidades e direcionamentos.

A cooperação Sul-Sul fundamenta-se na iniciativa voluntária de países periféricos e/ou atores públicos subnacionais, é uma modalidade complementar à modalidade Norte-Sul e não a sua sucedânea, distinguindo-se pelo forte compromisso com a eficácia e a efetividade e pode englobar as modalidades de cooperação cultural, social, humanitária, econômica, técnica, acadêmica, tecnológico-científica e/ou institucional. E principalmente, proporciona aos países periféricos a oportunidade de romper com a rigidez de conceitos, princípios e práticas adotadas pela modalidade Norte-Sul, além de assumir novos papéis em âmbito internacional. Essa modalidade teve suas origens no Movimento dos Não-Alinhados⁴ e o G77⁵ nas décadas de 50 e 60 durante o período da Guerra Fria. As alianças entre os países do sul surgiram como uma visão alternativa à estruturação estratégico-militar Leste-Oeste. Os países em desenvolvimento passavam a perceber que suas chances eram maiores se eles agissem em conjunto, em vez de aliam-se às superpotências da época. A emergência da cooperação Sul-Sul tornou-se uma prática na arena política internacional, com os países se mobilizando para negociações e propostas de uma

⁴ Tem sua origem na Conferência de Bandung em 1955, na qual dirigentes de 29 países, quase todos ex-colônias, reuniram-se para debater preocupações comuns e coordenar posições no campo das relações internacionais.

⁵ Criado em 1964, na conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento, com objetivo de promover os interesses coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. Disponível em: <http://www.g77.org/>

“nova ordem econômica internacional”. Juntamente com países como Índia e México, o Brasil teve papel importante na coordenação desta coalização, liderando o G77 nos anos 60. As reformas eram defendidas em nome de um princípio de justiça distributiva, onde os “desiguais não podem ser tratados como iguais” (CORRÊA, 2010; SÁ E SILVA, 2010; LIMA, 2005).

A política terceiro-mundista do Brasil não se configurou como uma alternativa de desvinculação da órbita capitalista e ocidental. A ideia principal foi econômica e o país centrou sua atuação na defesa de certos princípios e praticamente não negociava questões específicas. Dentre os ideais defendidos pelo país nesta primeira fase de cooperação Sul-Sul alguns foram o apoio a normas comerciais como a da “não discriminação” e a da “nação mais-favorecida”, e implantação de normas diferenciadas que favorecessem os países em desenvolvimento, como a de “tratamento especial e diferenciado” e de “não-reciprocidade”. Contudo, a partir dos anos 1980, buscou retardar ou até mesmo impedir a instituição de nomear e procedimentos que diferenciassem os países em desenvolvimento, enfraquecessem as normas multilaterais e ampliassem as matérias e questões substantivas sujeitas à disciplina normativa do regime do comércio. Este período inicial de cooperação entre os países do Sul durou cerca de 30 anos, porém, os objetivos não foram atingidos. (LIMA, 2003; 2005).

No entanto, no final dos anos 90, houve uma reemergência da cooperação Sul-Sul. De acordo com Sá e Silva, o conceito encontrava-se na moda no vocabulário sobre o desenvolvimento e há grande euforia sobre o seu potencial. Para a autora, alguns fatores como a grande decepção com os modelos tradicionais de cooperação para o desenvolvimento, baseados na maior parte do tempo em relações Norte-Sul, agiram como impulsionadores das coalizões. No caso do Brasil, ocorreu a ascensão da corrente mais autonomista do Itamaraty que forneceu um novo impulso à cooperação entre os países do Sul. De certa forma, o G20⁶, que se formou na V Conferência Ministerial da OMC em Cancun no ano de 2003, representou um renascimento da coalizão terceiro-mundista neste momento (LIMA, 2005).

⁶ Abreviatura para Grupo dos 20 é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990.

Os países em desenvolvimento deixaram de aceitar os acordos prévios entre os países ricos, proposto como um consenso possível e os interesses do sul passará a penetrar a dinâmica das negociações. Um importante fator é que esses países passaram a adotar uma agenda proativa. Além de dizerem “não”, ofereceram e propuseram alternativas viáveis ao impasse. Para o Brasil, a criação do G20 representou uma oportunidade de mais uma vez desempenhar o papel de intermediário indispensável entre os “fortes” e os “fracos”. Além disto, foi a partir desta conferência que o Brasil emergiu como poder global porque passou a determinar o ritmo e a natureza das regras do regime do comércio internacional (CERVO e BUENO, 2008; LIMA, 2005).

Desde 2003 o Brasil recorreu a seus semelhantes no Sul para buscar novas coalizões. A vontade de se aliar com países estratégicos como Índia, China, Rússia e África do Sul estava explícita inclusive no discurso do presidente Lula. A base para promoção dessas alianças estava na crença de que teriam características parecidas a do Brasil, como dimensões continentais, “reconhecida importância regional”, população, recursos naturais e interesse no reordenamento do sistema internacional (SARAIVA, 2007). Os laços que o país procurava reforçar não se limitavam apenas a isto. O eixo sul-sul foi apontado como a melhor saída para o Brasil fazer bons negócios, já que adentrar mercados de países como Japão, Estados Unidos e os da União Europeia é bem mais difícil.

O crescimento do comércio Sul-Sul é um dos reflexos dessa cooperação, mas não é o único. Outro importante elemento da cooperação Sul-Sul é a cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD), coordenada, desde 1947, no Brasil pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Esta cooperação procura refletir a essência das linhas da política exterior do país, algumas delas escritas na própria constituição brasileira: a defesa da paz e da solução pacífica de controvérsias; a cooperação e a solidariedade entre as nações para o progresso da humanidade; igualdade entre os Estados; busca permanente do desenvolvimento; à autodeterminação dos povos; princípio da não intervenção; e a redução do hiato entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além disto, a cooperação técnica brasileira está centrada no fortalecimento institucional dos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. A pretensão da cooperação é compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos

países parceiros, desta forma, o Brasil procurou identificar os interesses dos países parceiros e os deixou ter participação efetiva no desenho da cooperação e no planejamento das ações. A CTPD é declaradamente de caráter não lucrativo, desvinculada a interesses comerciais e de condicionantes econômicas, mas o mesmo não pode ser dito em relação aos aspectos políticos e econômicos gerais nos documentos oficiais existem sempre colocações que ressaltam o aumento das relações políticas, econômicas e comerciais e que estas contribuem para ampliação dos intercâmbios comerciais. Contudo, o país não procura vincular sua ajuda a questões ideológicas, não usufruindo de condicionalidades políticas (PUENTE, 2010; ABC).

A constituição das coalizões Sul-Sul e as atividades de cooperação técnica são dependentes da presença de um país intermediário, que seria o empreendedor político necessário porque esta ação não se concretiza de forma espontânea. Estes países intermediários teriam tanto o interesse diferenciado quanto os recursos necessários para desencadear quanto para organizar esta ação Sul-Sul. Para CTPD também se faz necessário um país intermediário, que disponha de recursos técnicos e experiências bem-sucedidas e capacidade institucional e financeira para transferi-los com os outros países parceiros (OLIVEIRA *et all*, 2006; PUENTE, 2010).

Portanto, o Brasil buscou fortalecer seus laços com países do sul o que representou um impulso forte à cooperação Sul-Sul e passos para a sua posição como potência média. Além do mais, o país apresentava as características necessária para atuar como o país intermediário na cooperação técnica, propiciando aos países envolvidos exatamente o que a cooperação sul-sul busca. Durante o governo Lula, de 2003 a 2010, é característico de sua política externa o engajamento para a cooperação Sul-Sul e os resultados podem ser observados. Ou seja, as políticas foram efetivas. A realização da Cúpula da América do Sul e Países Árabes é um exemplo da atuação internacional do país, durante o governo Lula, em direção aos países em desenvolvimento impulso à Cooperação Sul-Sul. A promoção da cúpula foi uma iniciativa brasileira, demonstrando sua autonomia, pondo de lado qualquer sentimento de inferioridade construído por anos e buscando ressaltar as insuspeitas capacidades, ressaltando sua posição de país com destaque no âmbito regional e internacional. A partir desta iniciativa o país, transforma a sua identidade nacional,

colocando em xeque qualquer subalternidade, tomando posição de soberano e líder de si mesmo.

4 A POLÍTICA EXTERNA MULTIDISCIPLINAR DO GOVERNO LULA

4.1 Plano de política externa do governo Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu mandato em 2003, em um momento importante para a América Latina. Muitos autores caracterizaram a década de 2000 como uma “mudança à esquerda” nessa região, e dentro desse contexto podemos identificar o fim da União Soviética, da bipolaridade e a adoção ao Consenso de Washington na década de 90, que levou a região a aumentar seus índices de pobreza e desigualdade. Esses fatores junto com a democracia reestabelecida na região, levaram ao anseio da sociedade brasileira por melhorias sociais e reais mudanças, e o presidente Lula surge, com a esquerda no país, como oportunidade e alternativa (MENDONZA, 2008; GALVÃO 2009). Em seu discurso de posse realizado no Congresso Nacional em 2003 ele afirma ser a ferramenta para alcançar o que solicitava a população:

Mudança, esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. (...) chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos⁷.

No governo de Lula a estratégia que orientou sua política externa, diferentemente de FHC, foi caracterizada como autonomista, onde através dela o governo buscou se afirmar como progressista. Assim, juntando com o objetivo de projeção internacional idealizado e preconizando uma política ativa de desenvolvimento. Esta inserção ativa foi esquematizada através da composição com países que tivessem interesses semelhantes e se dispusessem a resistir às imposições das potências do Norte, por isso os países do Sul foram protagonistas nesse momento da política externa brasileira. E o mais importante, a noção de país periférico e com opções limitadas existente nos anos 90 foi abandonada. O país passou a ter uma visão de si mesmo como potência regional capaz de defender seus direitos no cenário internacional (LIMA, 2005; PECEQUILO 2008). É a partir desse

⁷ Discurso de posse do presidente Lula em 2003. Disponível em: **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

momento que a nação passa a entender as capacidades e acreditar no seu potencial, começando a quebrar com o complexo de inferioridade enraizado na sociedade.

Os fatores que impulsionaram as mudanças na política externa brasileira variam desde as concepções de mundo e as diferenças ideológicas de FHC e Lula até os choques externos, como os atentados de setembro de 2001. Foi ainda em 2000, durante o governo de Fernando Henrique, que o Brasil começou a alteração da sua atuação externa, enfatizando em seus discursos a ideia de globalização assimétrica e da divisão Norte/Sul. O governo passou a ampliar suas relações com a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, buscou também enfrentar a crise do Mercosul e dos países sul-americanos através da ampliação da integração do Cone Sul para o contexto regional que levou à realização da I Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos em Brasília, nos anos 2000 (PECEQUILO, 2008; LESSA e MEIRA, 2001; VISENTINI, 2005). Ainda assim, na era FHC a aproximação com os países do Sul foi encontrada muito mais nos planos que na prática.

Portanto, ficou a cargo do governo Lula a institucionalização da ideia de América do Sul por meio de discursos e ações. A região passou a receber mais atenção a partir de 2003 como ressaltou Celso Amorim no seu discurso de posse:

No governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade (...). Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar⁸.

Desde então, o país passou a intervir constantemente nas crises políticas da região⁹, liderou o “grupo de amigos da Venezuela”¹⁰, e na Bolívia juntamente com a Argentina, ajudou a medir a transição Lozada-Meza e desde 2004 lidera a missão de paz da ONU no Haiti. Esse envolvimento brasileiro com questões que não dizem respeito a interesses imediatos é importante para concretizar o desejo de se tornar potência regional, juntamente com a capacidade de intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos. (LIMA e HIRTS, 2006;

⁸ Discurso de posse do ex-Ministro das Relações exteriores Celso Amorim em 2003. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores

⁹ Por exemplo, na Venezuela, na Bolívia, no Equador e no Haiti.

¹⁰ Iniciativa proposta pelo Brasil para ajudar a OEA (Organização dos Estados Americanos) a promover o diálogo entre o governo venezuelano e a oposição.

VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). Além de ser também um exemplo do conceito que surge neste momento na diplomacia brasileira, a não-indiferença. De acordo com Celso Amorim, esse conceito somou-se ao de “não-intervenção”. Logo, da mesma forma que não se deve interferir no direito soberano de uma nação resolver seus próprios problemas, é preciso que os países com capacidade se demonstrem disponíveis a colaborar.

Assim, percebe-se que o ativismo brasileiro foi intenso e apresentou-se em várias viagens feitas pelo presidente e em encontros com líderes de outros países. Esta mudança da política externa brasileira forneceu impulso para um novo projeto de integração da América do Sul. A conclusão do acordo Mercosul-Comunidade Andina (CAN) em 2004 contribuiu para a conformação de um cenário propício ao estreitamento dos vínculos entre os países sul-americanos. E a criação, ainda neste mesmo ano, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) completou o ativismo (PRAZERES, 2006).

A integração da América do Sul fez parte de um plano muito maior da política externa brasileira. Como um dos interesses do país estava na projeção do papel do Brasil em termos globais, era fundamental que se reafirmasse uma presença forte nesta região. Além de que, uma região integrada tem mais peso na política mundial do que cada um dos países isoladamente (PRAZERES, 2006). Portanto, a percepção do governo brasileiro era então a de que a integração regional seria necessária não só para o benefício da região, visto que ela atuaria como um poder estabilizador, mas também para a própria projeção brasileira no cenário internacional como afirma o ex-chanceler Celso Amorim (2007):

Reconhecemos que o destino do Brasil está ligado a seus vizinhos da América do Sul. A vertente regional é vital para nós. A integração sul-americana é e continuará a ser uma prioridade do governo brasileiro. O aprofundamento do Mercosul e a consolidação da União Sul-americana de Nações são parte desse processo. Uma política pós-integração corresponde ao interesse nacional de longo prazo. Ao mesmo tempo em que nos percebemos latino-americanos, e mais especificamente sul-americanos, reconhecemos a singularidade brasileira no contexto mundial. Não há nisso incompatibilidade alguma. A posição do Brasil como ator global é consistente com a ênfase que damos à integração regional e vice-versa. Na realidade, a capacidade de coexistir pacificamente com nossos vizinhos e contribuir para o desenvolvimento da região é um fato relevante da nossa projeção internacional.

A diplomacia brasileira não se tratava apenas de corrigir a fenda existente entre os países do Sul e os EUA com base na indignação contra a pobreza, como nas

épocas anteriores. O que passou a ser propósito foi a construção de condições objetivas para a superação das desigualdades por meio da busca de inserção mundial mais conveniente à região. Não só a inserção internacional mais justa para diversos Estados, como também a existência de normas internacionais mais justas e que permitam aos países mais pobres se desenvolverem de forma digna, foram parte das grandes lutas da diplomacia brasileira. O Brasil mostrou claramente sua intenção de expandir seu papel e suas responsabilidades, não só na política regional, mas também na agenda do “terceiro mundo” e em instituições multilaterais. Suas atitudes foram guiadas pelo seu desejo de reconhecimento internacional (DINIZ, 2006; LIMA e HIRTS, 2006). Desta forma, a sua intenção atingiu diretamente o que causava o complexo de vira-latas brasileiro, mudando o conceito de “defeitos brasileiros” para qualidades e expondo sua capacidade de liderança.

Segundo Oliveira (2005), a estratégia do governo Lula foi que a política externa brasileira deveria ser eficaz na defesa de condições mais adequadas aos países em desenvolvimento, para que estes elaborem políticas públicas voltadas ao crescimento econômico, consolidação da democracia e resolução de problemas sociais. Por isso, o multilateralismo foi caminho necessário para o alcance de tais objetivos. Desta forma, já no primeiro mandato do presidente, o multilateralismo foi um dos elementos centrais de seu discurso diplomático, tornando-se real e considerado como mecanismo de desconcentração e de novas regulamentações de poder, de modo que fosse mais favorável aos países em desenvolvimento.

Com esta nova linha da política externa brasileira, foi retomada uma atitude de barganha em relação aos países centrais, e o Brasil buscou alianças com países em desenvolvimento para aumentar o peso de suas reivindicações comuns nos foros multilaterais. O objetivo do governo era a diminuição das assimetrias de poder através de maior atuação e representação dos países em desenvolvimento no processo deliberativo. Essas relações e coalizões entre os países refletem, portanto o desejo comum de países semelhantes de reformar o sistema internacional (PECEQUILO, 2008; BECARD, 2009). Como indica Celso Amorim no seu discurso de posse em 2003:

Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização do sistema internacional.

Com isso em mente, percebemos a intenção do país de “democratizar as relações internacionais” com esse conceito atrelado a raiz da política exterior brasileira, atribuindo traços concretos a ela: como o reforço do papel do Estado como negociador internacional, a defesa soberana dos interesses nacionais, as alianças com países emergentes com objetivos idênticos e o diálogo cooperativo e não mais subserviente com os países avançados. Além de que, a intenção de aprofundar as relações com outras potências emergentes e o estabelecimento de associações entre o Mercosul e outros blocos econômicos também sinalizaram a busca pelo estabelecimento de um sistema internacional multipolar (CERVO, 2008; VISENTINI, 2005).

Portanto, compreende-se a inserção internacional preconizada durante o governo Lula com uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, de forma a inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Nesta busca por diversificação o país não deixou de se relacionar com Estados Unidos e União Europeia. Contudo, o governo colocou como uma das metas de sua política exterior a criação de uma “nova geografia comercial”, a qual seria estabelecida como alternativa de inserção dos países em desenvolvimento no mercado global, tendo como principal ator a cooperação Sul-Sul (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; PRADO, 2007). Nota-se, claramente, a redução do sentimento de inferioridade dos brasileiros em suas relações exteriores, tomando posse de sua autonomia e afirmando não ser “menor” que os países centrais como antes acreditavam. Da mesma forma, isso influenciou a sociedade civil a compreender a nação da mesma forma, como um país independente, aumentando as crenças nas suas capacidades e mudando o discurso de subalternidade frente ao exterior.

O governo de Lula da Silva tornou-se ponto de partida para a regressão do sentimento de vira-lata da sociedade brasileira. A partir do momento que o país passa a demonstrar seus interesses e reivindicá-los a autonomia é construída e reforçada, sendo a voz da população ouvida. Durante os anos de 2003 a 2010 o Brasil provou as insuspeitas capacidades, fugindo da subserviência para com os países centrais, tomando seu poder de barganha, tendo postura na defesa de seus interesses e buscando seu espaço no cenário internacional como potência regional. O país se tornou forte representante na região e reconhecido como tal, não apenas pelos seus

vizinhos, com os quais juntou-se em busca do bem comum, mas também com os países que um dia foi subserviente. E o mais importante, a população brasileira passou a enxergar o país de tal maneira. Nos discursos do presidente e do Chanceler Celso Amorim sempre esteve presente a importância da identidade brasileira e do reconhecimento desta como uma qualidade:

Participaremos empenhadamente das diversas negociações comerciais, movidos pela busca de vantagens concretas, sem constrangimento de nos apresentarmos como país em desenvolvimento e de reivindicarmos tratamento justo. Saberemos nos articular, sem preconceitos, com as nações que compartilham conosco interesses e preocupações (AMORIM, 2003).

Para tanto, representando as atuações internacionais brasileiras e dos planos de tomar seu lugar no cenário internacional, é importante analisarmos alguma de suas estratégias, indicando como se deu e os seus resultados. Como a cooperação Sul-sul foi um dos elementos principais deste governo, juntamente com a ideia de multilateralismo, a Cúpula da América do Sul e Países Árabes representa uma das opções a serem estudadas, pois, expõe a autonomia, a liderança brasileira, e a diversificação das suas negociações.

4.2 A cúpula de ASPA

A Cúpula América do Sul – Países Árabes é um mecanismo de cooperação Sul-sul e de coordenação política em foros multilaterais. A proposta para sua criação ocorreu em 2003 pelo Brasil, ano em que o presidente Lula tomou posse, na visita ao Oriente Médio no mês de dezembro. Esta foi a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à região desde a viagem feita pelo Imperador D. Pedro II em 1876, e o fato de ter sido realizada ainda no primeiro ano de governo Lula significa a prioridade que a administração do presidente imprimiu ao desenvolvimento de intercâmbio com os Países Árabes (MRE).

A criação de uma nova geografia comercial global, a busca de contribuição para a formação de um mundo multipolar, a aspiração por uma posição de prestígio no cenário internacional e o fortalecimento dos laços com os países do Sul foram ideais orientadores para a organização das cúpulas. Segundo Vagni (2005), “La organización de la Cúpula ASPA puso en evidencia la continuidad de la estrategia brasileña para maximizar su influencia en el plano internacional, articulando los

intereses de los países medianos”¹¹. Além de que, esta viagem demonstrou que a política externa do Brasil não seria mais ditada por influência externa, o país passou a ser independente e soberano na condução de suas estratégias, se tornando viralata apenas no sentido de sua mestiçagem.

O evento foi, portanto, parte da política brasileira de constituição do eixo sul-sul como contrapeso aos países do Norte, sendo cada vez mais compreensível a liderança brasileira entre os países do Sul e a primeira cúpula que ocorreu exclusivamente sem a presença de algum país do norte. Como dito diversas vezes pelo ex-presidente Lula, foi um exemplo claro de que o país não pediria mais “permissão para ocupar o seu lugar no mundo” (MANZUR, 2005; ALMEIDA, 2007). Além do mais, a cúpula também coloca em prova a habilidade brasileira de tomar o risco de um papel mais ativo no cenário internacional. Como afirma Cervo (2005), “Riscos para o Brasil, se a Cúpula criou, os internacionalistas sabem que nada de relevante se faz com ações externas sem correr riscos. A cúpula serviu para testar a capacidade de o Brasil correr riscos”.

A organização da cúpula já havia começado ainda antes da visita do presidente. Durante todo ano de 2003 e início de 2004, o Chanceler Celso Amorim e outros emissários brasileiros visitaram diversos países do Mundo Árabe e da América do Sul, para realizar o convite formal do governo brasileiro para o evento. A partir de 2004 iniciou-se, então, o processo preparatório da Cúpula que compreender diversas atividades e objetivos. Encontros de diferentes formatos e finalidades ocorreram durante o ano de 2004 e 2005, ano de realização da cúpula. Dentre estes, foram realizadas reuniões de caráter informativo, reuniões de coordenação com os países sul-americanos, e reuniões de chanceleres e de altos funcionários. Além disso, durante a preparação houveram três seminários, que foram eventos importantes para aproximar as regiões em termos comerciais, culturais e de conhecimento mútuo. Nos dias 14 e 15 de setembro de 2004, em São Paulo, ocorreu o “Diálogo América do Sul – Países Árabes”, onde foram discutidos aspectos da cultura e identidades Árabes; De 29 de setembro a 01 de outubro de 2004, em Fortaleza (CE) e Petrolina (PE), ocorreu o seminário sobre cooperação científica, técnica e tecnologia; Por fim, o

¹¹ “A Cúpula ASPA coloca em evidência a continuidade da estratégia brasileira para maximizar sua influência no cenário internacional, articulando os interesses dos países medianos” (Tradução própria).

terceiro seminário aconteceu em Marraqueche, no dia 23 de março de 2005, sobre “Aspectos Culturais na América do Sul” (MRE/ASPA).

A Cúpula de ASPA, composta por 34 países¹², o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA) e a União das Nações Sul-Americanas, teve quatro reuniões até hoje, contudo, daremos ênfase para a primeira e segunda reuniões porque aconteceram ainda no governo Lula. A sua primeira reunião aconteceu nos dias 10 e 11 de maio de 2005 em Brasília, e no seu discurso de abertura o ex-presidente apontou:

“Queremos aproveitar esse imenso potencial para a realização de objetivos comuns à América do Sul e ao Mundo Árabe. Vamos identificar oportunidades de comércio e investimentos que permitam a nossos países explorar as possibilidades da economia global”¹³.

A proposta do governo brasileiro foi colocar em contato dois espaços geográficos distintos e distantes, mas que compartilham desafios parecidos em relação ao seu desenvolvimento e sua participação no sistema global. Desta forma, a cúpula pode ser compreendida a partir de três aspectos: o político, o econômico e o cultural. No campo político, procurou aprofundar o diálogo inter-regional e intensificar a cooperação no seio dos fóruns multilaterais e entre as organizações regionais. No âmbito econômico, buscou estabelecer um novo parceiro para a cooperação explorando as potencialidades das duas regiões e visa consolidar a cooperação Sul-Sul, por meio de maiores intercâmbios comerciais, de turismo e de investimentos. Tratando-se da questão cultural, procuravam-se novos caminhos de comunicação e intercâmbio, a divulgação da América do Sul nos Países Árabes e vice-versa, além de fomentar o mundo árabe frente a sociedade e líderes sul-americanos (VAGNI, 2005; 2009).

A declaração de Brasília, produzida durante a primeira reunião da Cúpula, discorreu sobre muitos fatores. Mas, principalmente, ressalta a importância da cooperação Sul-Sul, reconhecendo a necessidade de que as duas regiões se

¹² Os países que compõem a Cúpula de ASPA são 12 países Sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e 22 países Árabes (Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia).

¹³ Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/aspa/documentos.html>

beneficiem das oportunidades desta cooperação, além de tê-la como um mecanismo eficaz e de baixo custo. Considera-se também, que o papel do comércio internacional é valioso para a redução das desigualdades entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, assim, torna-se fator considerável para o progresso e bem-estar das sociedades e por isso é tão incentivado entre as regiões.

4.3 Os benefícios da Cúpula ASPA para o Brasil

A cúpula de ASPA é um marco na relação entre as duas regiões. Para o Brasil foi importante aproximar-se da região Árabe para atrair investimentos, e para os Árabes, com a escassa penetração norte-americana e o crescimento demográfico da região a aproximação sul-americana foi muito oportuna (GONÇALVES, 2009).

O balanço econômico da cúpula é bastante relevante. Durante a realização da primeira Cúpula, em 2005, existiam cerca de 17 milhões de árabes e descendentes vivendo na América do Sul e um número muito pequeno de negócios realizados entre os países. Em 2004, dos 240 milhões de dólares gastos com importações dos países árabes, apenas 4 milhões foram direcionados a importações brasileiras. O potencial do comércio entre as duas regiões é claro e foi destacado tanto pelo chanceler brasileiro Celso Amorim, quanto pelo ex-secretário geral da Câmara de Comércio Argentino-Árabe, Sattam Al Kaddour, entre outros. O setor de exportação de alimentos é, desta forma, um dos destaques, porque a região árabe é grande compradora de produtos alimentícios¹⁴ e a América do Sul, principalmente o Brasil e a Argentina, são países com grande agroindústria (CERVO, 2005; NEWMAN, 2005).

O comércio entre os blocos cresceu de maneira significativa entre 2003 e 2008, a corrente de comércio aumentou 270%, enquanto o crescimento total da corrente de comércio brasileira foi de 205%, passando de US\$ 5,5 bilhões para US\$20,3 bilhões. Só entre 2003 e 2004, o fluxo de comércio Brasil e Mundo Árabe passou de 5,5 bilhões de dólares para 8,2 bilhões de dólares e isto representa um aumento de 49,54%. A expectativa do governo brasileiro era de que houvesse um incremento de até 150% no comércio entre as regiões, passando de 8 bilhões de dólares para cerca de 20 bilhões. Esta cifra esperada foi atingida em 2008, o ano em que a corrente de comércio entre as duas regiões aumentou mais de 50% em relação ao ano anterior, e foi quando

¹⁴ Os países árabes importam cerca de 90% do seus agroprodutos.

em que atingiu o valor mais alto, visto que o comércio do mundo inteiro foi afetado pela crise em 2009 (MDIC). Entre os produtos que o Brasil exportava para a região árabe, os principais e básicos eram: carne de frango, minério de ferro, carne bovina, farelo de soja e milho. Entre os produtos industrializados estavam: açúcar refinado, açúcar bruto, chassis de motor, óleo de soja em estado bruto e aparelhos de terraplanagem. A Embraer chegou a exportar 40 aeronaves e 20 jatos comerciais. Na época 10% dos produtos do agronegócio brasileiro tinham como destino os países árabes e notava-se um equilíbrio entre os produtos básicos e industrializados (CARDOSO, 2010; VAGNI, 2009).

Um encontro como a Cúpula de ASPA não estimula apenas o comércio bilateral, como também o comércio multilateral. O Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)¹⁵ assinaram um Acordo-Quatro de cooperação. Este primeiro instrumento promoveu a cooperação nas áreas econômica, comercial, técnica e de investimento. Além de que, também criou um comitê conjunto com a intenção de concluir um acordo de livre comércio entre os dois blocos (MANZUR, 2005; VAGNI, 2009). Houve um aumento significativo do fluxo de comércio e do superávit brasileiro com os países do Conselho de Cooperação do Golfo, variando mais do que com os países árabes no geral, iniciando-se com cerca de 2,5 bilhões de dólares em 2003 para atingir 9 bilhões de dólares em 2008 (MDIC).

Como resultado da Declaração de Brasília, oriunda da primeira reunião da Cúpula de ASPA, pode-se, então, destacar um melhor conhecimento entre os países sul-americanos e árabes, maior aproximação entre as regiões, e a certeza de que compartilham valores. Como os países do Sul que possuem diferenças comerciais com a Europa e EUA, os países árabes têm a mesma característica, isso acaba levando-os a se unir na OMC contra os subsídios do Norte (GÁMEZ, 2008).

Na segunda reunião do Conselho de Chanceleres, que antecedeu a II reunião de Cúpula, Amorim destacou os avanços que aconteceram por conta da implementação da Cúpula de ASPA, podemos citar alguns: aumento do intercâmbio comercial entre as duas regiões; assinatura de acordo de livre comércio entre Mercosul e Egito, e o prosseguimento das negociações entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo e com Jordânia, Marrocos, Palestina e Síria; o

¹⁵ O conselho reúne Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes, Kuaite e Omã.

estabelecimento de novas câmaras de comércio entre as regiões; o aumento de conexões aéreas entre América do Sul e Países Árabes. E ainda como destaques deste processo de aproximação interregional pode-se considerar a cooperação técnica na redução de impactos e no enfrentamento de processos de desertificação e degradação de solos, assim como o intenso intercâmbio cultural, estabelecido a partir da constituição da Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes (BibliASPA) que vem traduzindo livros, organizando palestras, mostras de cinema e organizou o I Festival Sul-Americano da Cultura Árabe, ocorrido em São Paulo, de 18 a 32 de março de 2010 (MRE).

A II Cúpula ASPA realizou-se em 31 de março e 1 de Abril de 2009, em um contexto de crise internacional que levou ambas regiões a se posicionarem pelo impacto da mesma em suas economias. Desta forma, os participantes reafirmaram a necessidade de gerar sólidas e dinâmicas relações entre as duas regiões que contribuíssem para a estruturação de relações internacionais mais justas e equitativas. Assim, a Declaração de Doha, fez um chamado para que as instituições correspondentes e os países em desenvolvimento desempenhassem o seu papel para enfrentar as consequências desta crise financeira internacional, e reivindicou a construção de uma nova arquitetura financeira internacional, com o estabelecimento de um sistema financeiro que impedisse a especulação (VAGNI, 2009).

Nos cinco anos que passaram desde a realização da primeira cúpula, a aproximação entre as duas regiões avançou muito e proporcionou resultados. Por exemplo, um dos maiores pontos de dificuldade ao iniciar o processo e que tem enorme influência na relação entre as duas regiões foi a questão logística. Havia uma falta de conexão direta marítima e aérea entre a América do Sul e países árabes que foi solucionada quando diversas empresas como a TAM, Middle East Airlines e Qatar Airways lograram novas rotas entre as regiões. Outro campo de oportunidades aberto foi o mercado da construção civil na região árabe, inclusive a construtora Norberto Odebrecht foi uma das empresas brasileiras que já explorou o potencial deste mercado e possuía empreendimentos no Djibuti, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait e Líbia. Além disso, o Brasil possui grande interesse em atrair capitais árabes, os investimentos de empresas da região no Brasil apesar de não serem muito grandes, encontram-se em processo de expansão. Informações do Banco Central, compiladas pela Câmara Árabe, mostram que em 2008, os árabes investiram US\$72,9

milhões no Brasil, caracterizando um crescimento significativo em relação ao ano anterior (SANTOS, 2010; CARDOSO, 2010).

Nos últimos anos, as duas regiões presenciaram uma significativa aproximação diplomática e os trabalhos das cúpulas lhes proporcionaram um maior conhecimento mútuo. A cooperação, o comércio e os investimentos avançaram, abrindo novos caminhos para futuros negócios. Os países demonstraram desejo de mudança e a união advinda com a aproximação diplomática pode ajudá-los a superar problemas internos. A América do Sul, apesar das tensões existentes entre alguns países, foi destacada pelo presidente argelino como um “mosaico sem crise”, com sua multiplicidade de culturas vivendo pacificamente. A região poderia assim ajudar aos árabes a perceberem que os conflitos acabam os impedindo de recuperar uma posição estratégica no mundo globalizado. Como afirma o ex-presidente Lula no discurso de abertura da I Cúpula ASPA:

Nosso encontro é uma demonstração de confiança no diálogo como forma de aproximar países distantes, culturas distintas e percepções diferentes do mundo. Ele expressa a confiança no poder do conhecimento mútuo como fator de aproximação e entendimento. Não estamos reunidos apenas em busca de vantagens econômicas e comerciais. Defendemos a democratização dos organismos internacionais para que a voz dos países em desenvolvimento seja ouvida.

A 3ª Cúpula ASPA, foi realizada no Peru, em 2 de outubro de 2012, sendo o primeiro encontro entre os mandatários das duas regiões depois de iniciada a Primavera Árabe e revelou o alto grau de consolidação atingido pela ASPA, dada a expressiva participação do setor empresarial. Desde então, foi oferecida grande atenção à cooperação cultural, para promover o conhecimento mútuo entre as duas regiões. Na América do Sul, as iniciativas culturais têm sido coordenadas pela Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes (BibliASPA). A 4ª Cúpula foi realizada em novembro de 2015, em Riade, na Arábia Saudita e reuniu autoridades nacionais das duas regiões. Aprovou a Declaração e o Plano de Ação de Riade, que elencam iniciativas de cooperação birregional, e expandiu o escopo da cooperação, para incluir duas novas áreas: midiática e jurídica. Juntamente com a

reunião principal, foi realizado o 4º Fórum Empresarial da ASPA, que contou com ampla participação de empresas das duas regiões (MRE)¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3675-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, se tornou desenvolvimentista e o universalismo também ganhou. Internacionalmente foi consolidada uma atuação mais ativa e com o aumento considerável nas ações regionais, foi afirmado um protagonismo regional. O país foi visto pelos seus governantes como passível de se tornar uma grande potência e eles tomaram atitude para que isto se concretizasse. Nas palavras de Celso Amorim (2007): “(...) o Brasil não é um país pequeno. Não tem e nem pode ter uma política externa de país pequeno”. A política terceiro-mundista foi abandonada e o meio para obter mudanças passou a ser através de negociações. Foram reativados antigos laços entre regiões diversificadas, atingindo níveis inéditos de cooperação. Entre eles a cooperação com os Países Árabes.

A Cúpula, não só teve como mérito a aproximação do Brasil com os Países Árabes, como também concretizou a atuação brasileira na América do Sul, porque o Brasil optou por realizá-la em conjunto e não sozinho. Buscou assim o desenvolvimento de toda a região, já que isso também lhe beneficiava. Desta forma, representou a redução da subserviência frente aos países do Norte, visto que uma das exigências desta cooperação era a não participação de países centrais. Foi um dos primeiros projetos da política externa da época voltada para o benefício de países em desenvolvimento, demonstrando a dedicação brasileira para a busca da autonomia e fuga das imposições que os encaminhavam a subalternidade. Mesmo com resultados passíveis de melhoras, o retorno obtido através da realização das cúpulas foi muito importante para o desenvolvimento de um Brasil “empoderado”.

A partir das políticas realizadas no governo Lula o complexo de inferioridade brasileiro foi reduzido na atuação externa do país e conseqüentemente a população sentiu-se da mesma forma. As ideias de país incapaz de se desenvolver e limitado a sombra de outros foi substituída por uma nação que defendia a si própria e à outras na mesma posição. Entendemos, desta forma a política do governo Lula como pontapé inicial para o reconhecimento brasileiro de si próprio. O papel da identidade foi muito importante, para que o país percebesse que se interpretava incorretamente, e através de interesses e características semelhantes com outras regiões firmou estas parcerias em benefício comum.

Como benefícios dessas aproximações, a cúpula trouxe resultados importantes como o aumento do comércio e do diálogo entre essas nações. Além de que, pela similaridade de desafios e problemas, puderam através do compartilhamento de conhecimento mútuo dividir os problemas e encontrar soluções conjuntas. Dentro dessa questão, as Cúpulas formularam considerações conjuntas sobre importantes questões que os afetaram direta ou indiretamente, como a crise financeira, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, o desarmamento, o combate ao tráfico e terrorismo, sempre com soluções conjuntas. Para o Brasil essas questões foram muito importantes, visto que foi o mentor das Cúpulas.

Por isso, a Cúpula de ASPA, é fruto de um trabalho importante e representa o desejo desses países de modificar a situação que passavam, de diversificar os parceiros e de contribuir para uma nova realidade internacional. Para o Brasil essas questões sempre foram pontos chaves para provar-se como um país que caminhava para longe do sentimento de inferioridade. Os países buscaram a igualdade e uniram-se acreditando que a partir disto se tornaram mais fortes já que procuravam ser ouvidos em um contexto onde os mais pobres muitas vezes não tem voz. Nas palavras de Amorim, “não devemos analisar as Cúpulas como um ponto de chegada e sim como um ponto de partida”. E usando disto, a Cúpula de ASPA foi apenas um dos primeiros movimentos da política externa brasileira que lançaram o país ao “empoderamento”.

REFERÊNCIAS

ABC. Cooperação Sul-Sul. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>> Acesso em: abril de 2019.

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. Lua Nova [on-line]. 1999, nº 47, pp.201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em março de 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de A. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. **Carta Internacional**, vol. 02, nº 01, março 2007, p. 03-10.

AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil: Um tributo a Rui Barbosa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ASPA. [on-line] Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3675-cupula-america-do-sul-paises-arabes-asp>>

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações exteriores do Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2009, 223 p.

CARDOSO, Abgail. Canteiro de Oportunidades. **Câmara Árabe em revista**. Nº 03, ano 5 – set/out 2010.

CERVO, Amado Luiz. A Cúpula América do Sul – Países Árabes: um balanço. **Meridiano 47**, Vol 58, maio 2005, pp. 2-3.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CORRÊA, Márcio Lopes. **Prática comentada da cooperação internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, 2010.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. Identidade, desenvolvimento e integração: desafios para o Brasil e a América do Sul no século XXI. In: **O Brasil e a América do Sul: desafios do século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**: São Paulo, v. 1, nº 1, 2009, p 115-126.

GALVÃO, Thiago Gehre. América do Sul: construção pela reinvenção (2000- 2008). **Rev. bras. polít. int.** [on-line] 2009, vol. 52, nº 2, pp. 63-80.

GÁMEZ, Pablo. Sudamérica mira al mundo árabe. **WebIslam**, 2008. Disponível em: <https://www.webislam.com/articulos/33041-sudamerica_mira_al_mundo_arabe.html> Acesso em: maio de 2019.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. **A política externa brasileira no governo Lula: intensificação da prática, mudança na retórica**. II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do 'Programa Santiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC/SP). Nov, 2019.

HOPT, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, vol. 23, nº 1, 1998, pp. 171-200.

JORGESEN, Knud Erik. "Four Levels and a Discipline". In: **Constructing International Relations - The Next Generation**. Nova York: M.E. Sharpe, p. 36-53, 2001.

KATZENSTEIN, P. Conclusion: National Security in a Changing World. In: KATZENSTEIN, Peter et al. **The Culture of National Security**. NY: Columbia University Press, 1996.

KATZENSTEN, Peter j; KEOHANE, Robert; KRASNER, Stephen D. International Organization and the Study of World Politics. **International Organization**. 1998, vol. 52, 645-685.

LESSA, Antônio Carlos; MEIRA, Frederico Arana. O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001. [on-line] **Rev. bras. polít. int.**, vol. 44, nº 2, jul/dez 2001.

LIMA, Maria R. G. de. Na trilha de uma política externa afirmativa. **Observatório da Cidadania**, Relatório do Social Watch, p. 94-100, 2003.

LIMA, Maria R. G. de.; HIRTS, Monica. Brazil as na intermediate state and regional power: action, choice, and responsibilities. **Internacional Affairs**, Vol. 82, nº 1., jan. 2006, pp. 21-40.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes. **Meridiano 47**, vol. 58, maio 2005, pp. 4-8.

MENDONZA, Jesus. A esquerda no poder da América Latina: três correntes de um dilema. **Revista de Política Externa**, vol. 16, nº 4, 2008, p. 9-18.

MILANI, Carlos R. S.. **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. *Cad. CRH* [online], 2012, vol.25, nº 65, pp.211-231.

MINGST, Karen A. Essentials of international relations. 2ª ed. **New York: W. W. Norton & Company**. 2009.

MDIC. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/> > Acesso em: maio de 2019.

MRE. Disponível em:<<http://www.itamaraty.gov.br/>> Acesso em: maio de 2019.

NEWMAN, Lúcia. **Mundo multipolar em construção**. IPS, abr. 2019. Disponível em: < <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2009/04/america-latina/america-do-sul-paises-arabes-mundo-multipolar-em-construcao/#more-4933> > Acesso em: maio de 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESARI, Nizar Mesari. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, nº1, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G20. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 48, nº 2, 2005, p. 55-69.

OLIVEIRA, Amâncio J. N.; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil, e África do Sul. **Contexto Internacional**, vol. 28, nº 2, 2006, pp. 465-504. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Oliveira_vol28n2.pdf> Acesso em: Abril de 2019.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making - Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Rev. bras. polít. int.** [on-line]. Vol 51, nº 2, 2008, pp. 136-156.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995 -2005**. Brasília: FUNAG, 2010, 340p.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. A integração sul-americana: uma ideia fora do lugar? In: **O Brasil e a América do Sul: desafios do século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.51- 52: Complexo de vira-latas.

RUGGIE, J. G. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivism challenge. **International Organization**, Vol. 52, nº 4, 1998, p. 855-885.

SÁ E SILVA, Michelle Morais de. **How did we get here? The pathways of South-South Cooperation. Poverty in Focus**. [on-line]. 2010, nº 20, pp. 3-5. Disponível em: <<https://ipciq.org/pub/IPCPovertyInFocus20.pdf>> Acesso em: abril de 2019.

SANTOS, Áurea. Emirates lança voo de carga no Brasil. **ANBA** [on-line]. 12 de nov de 2010. Disponível em: < <https://anba.com.br/emirates-lanca-voo-de-carga-no-brasil/>> Acesso em Maio de 2019.

STRANG, David. "Contested sovereignty: The Social Construction of Colonial Imperialism". In: **Thomas J. Bierteker and Cynthis Weber (eds.), State Sovereignty as Social Construct**. Cambridge University Press, 1996.

THIESSE, Anne Marie. La création de indentités nationales. **Europe XVIII – XX siècle**. Paris: Editions du Seuil, 1999.

VAGNI, Juan José. “Brasil y la cumbre América del Sur – Países Árabes: ¿Encuentro estratégico o diplomacia de fanfarria? In: **Contra | Relatos – Apuntes sobre África y Medio Oriente**. Córdoba: Centro de estudios avanzados UNC/ CLACSO Programa Sur-Sur, 2005. Disponível em: < <http://www.cea.unc.edu.ar/africa-orientemedio/contrapdfs/01/9%20Vagni.pdf> > Acesso em: maio de 2019.

_____. “La cumbre América del Sur – Países Árabes (ASPA): Balances de um acercamiento estratégico. **Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos**, nº 8, Jun-dez 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VIGEVANI, Tullio; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int**, vol. 29, nº 2, 2007, pp. 273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol 5, nº 2, jul-dez 2005, p. 381-397. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9/1602>> Acesso em: maio de 2019.

WEDNT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. vol. 46, Nº 2, 1992, pp. 391-425.

_____. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, vol. 88, Nº 2, 1992, pp. 384-396.

_____. Social Theory of International Relations. Cambridge: **Cambridge University Press**. 1999.

ATA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC

Aluno

Título

Orientador

Banca Examinadora

Orientador

1^o examinador

2^o examinador

Decisão/Nota

Recife, _____

Orientador _____

1^o Examinador _____

2^o Examinador _____